

**Folha de S.Paulo****09/07/2006****Opinião/TENDÊNCIAS/DEBATES**

## **Educação básica**

**FERNANDO HADDAD**

O Senado Federal deu demonstração de grandeza aprovando o Fundeb por unanimidade, na esteira do ocorrido na Câmara

GRAÇAS À AÇÃO coordenada dos dirigentes da educação dos três níveis de governo - municipal, estadual e federal - foi possível acordar uma agenda de transformação da educação básica do país. Os avanços até aqui obtidos merecem consideração. A arrecadação para repasses da União aos Estados e municípios relativos ao salário-educação saltou de R\$ 3,7 bilhões em 2002 para R\$ 5,9 bilhões em 2005. As transferências voluntárias da União, que em 2002 atenderam 497 municípios, passaram a atender 1.625, o que permitiu ampliar o acesso a projetos federais voltados para formação de professores, reforma e construção de escolas, equipamentos, material pedagógico etc.

O ensino obrigatório, em linha com a experiência internacional, passou de oito para nove anos. O investimento mínimo por aluno do ensino fundamental, no Fundef, teve reajuste de 26% acima da inflação. A merenda escolar, que teve seu valor reajustado em 70% (após uma década sem reajuste), foi estendida à educação infantil, e o livro didático foi oferecido aos estudantes do ensino médio.

O Bolsa-Família praticamente universalizou o atendimento às crianças pobres e garantiu sua permanência na escola (hoje, 90% das escolas informam a freqüência das crianças atendidas contra 19% em 2002). Foi estimulada a integração do ensino médio à educação profissional, vedada por decreto de 1997, e ampliadas as oportunidades de acesso de estudantes de nível médio à educação superior, pelo ProUni (100 mil bolsas de estudos ao ano) e pela expansão das universidades federais (ampliação de 25% da oferta de vagas públicas).

Criou-se programa emergencial de apoio ao ensino médio com investimentos anuais de R\$ 400 milhões. Retomaram-se os investimentos, vedados por lei de 1998, na expansão das escolas técnicas federais (50 novas escolas, com ampliação de 40% da oferta de vagas).

Todo esse esforço é coroado por três projetos estruturais: Prova Brasil, Universidade Aberta e Fundo da Educação Básica. O Prova Brasil muda o conceito de avaliação. Os dados do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), antes amostrais, são divulgados também por escola, o que aumenta a responsabilidade da comunidade de pais, professores e dirigentes com o desempenho. Torna a escola menos estatal e mais pública. Permite

identificar boas práticas, disseminando-as, e insuficiências, o que torna possível enfrentá-las de forma efetiva.

Os dados, recém-lançados, sugerem que os esforços de Estados e municípios em melhorar a qualidade da educação surtem efeito. As médias, que vinham caindo desde que a qualidade da educação básica é medida, sofrem uma inflexão significativa na 4ª série do ensino fundamental. A Universidade Aberta muda o conceito de formação de professores. Em regime de colaboração, Estados e municípios, de um lado, e universidades federais, de outro, estabelecem acordos de cooperação técnica. Por meio deles, os entes federados mantêm pólos de apoio presencial para abrigar professores sem curso superior ou formar novos professores.

As universidades federais, da sua parte, oferecem os cursos de licenciatura e pedagogia. A União remunera professores-bolsistas das universidades responsáveis pelas disciplinas ministradas e arca com custos da produção do material pedagógico. No dia 30 de junho foram assinados 311 acordos de cooperação, o que permitirá oferecer, em 2007, 90 mil vagas de ingresso, majoritariamente para professores da educação básica, atendidos por 4.800 professores universitários. Quando instalados os 1.000 pólos previstos, os mais de 2 milhões de professores do país estarão associados a um pólo nas proximidades de onde trabalham.

Por fim, o Fundeb (Fundo da Educação Básica), o mais ambicioso projeto de financiamento da educação básica, substituirá o Fundef com três vantagens: 1) aumenta substancialmente o compromisso da União com a educação básica, aportando cerca de R\$ 5 bilhões de investimento ao ano (contra uma média de R\$ 500 milhões), 2) institui um único fundo para toda a educação básica, da creche ao ensino médio (e não apenas para o ensino fundamental) e 3) estabelece piso salarial nacional do magistério.

O Senado Federal deu demonstração de grandeza com a educação básica, aprovando o Fundeb por unanimidade, na esteira do ocorrido na Câmara dos Deputados, que aprovou o novo fundo, em janeiro, pelo placar de 457 votos a 5. Que a educação continue sendo tratada de forma suprapartidária para o bem do Brasil.

FERNANDO HADDAD é ministro da Educação.